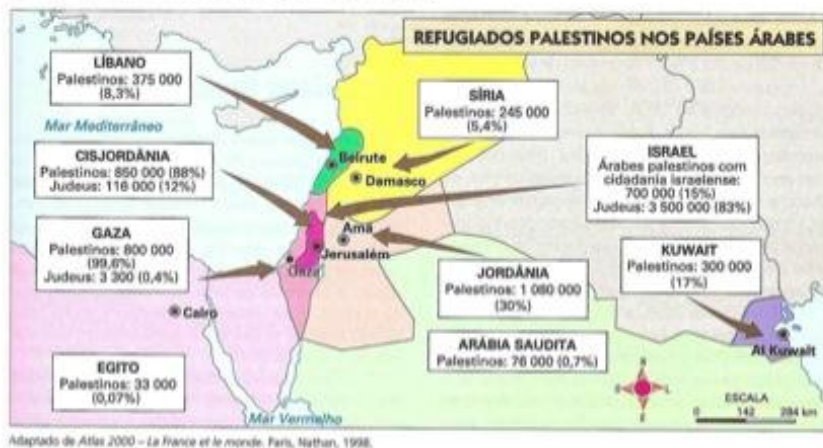
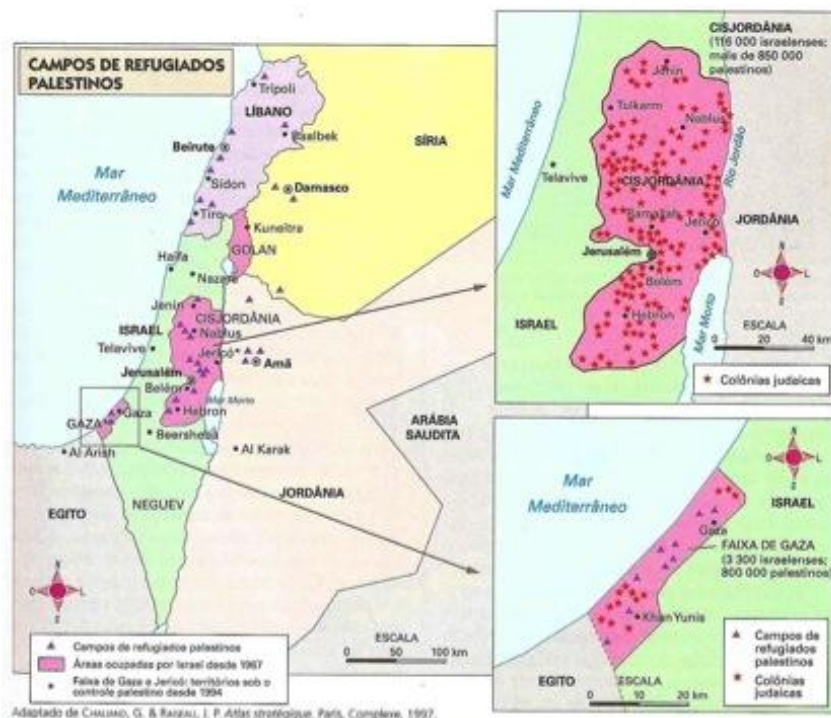


Palestinos – O povo que procura se organizar como Estado-Nação

Até meados da década de 1990, a situação do povo palestino constituiu uma das questões mais graves e dramáticas do Oriente Médio. Desde a fundação do Estado de Israel, os palestinos passaram a viver na Cisjordânia, em Gaza e no Líbano. Além disso, muitos palestinos vivem até hoje como refugiados em países árabes (Egito, Jordânia, Síria etc.) e em outros Estados.

O fato de terem perdido o seu território em 1948 e passado a viver como refugiados –ou então como populações vigiadas, verdadeiros "cidadãos de segunda classe", nas áreas controladas por Israel – fez com que os palestinos começassem a reagir por meio de ações armadas, entre o fim da década de 1950 e o começo da década de 1960. Assim, fundaram-se várias organizações palestinas com o objetivo de criar o seu próprio Estado. Em 1964, fundou-se a **OLP – Organização para a Libertação da Palestina** –, que se tornou a mais importante delas.

Com o passar do tempo, e apesar de suas ações violentas, a OLP acabou sendo reconhecida por muitos países e mesmo pela ONU, mas não por Israel, como a legítima representante do povo palestino. Apesar disso e de sua representação política por meio da OLP, esse povo não podia se constituir em um Estado-Nação, pois faltava-lhe o território.



Esse fato explica sua típica atuação violenta, que perdurou até o fim da década de 1970, quando foram frequentes os ataques armados, às vezes suicidas, contra instalações israelenses e até contra países que eram favoráveis a posição de Israel. De seu lado, as tropas israelenses também agiam com violência frequente: invasão dos acampamentos palestinos, prisão, espancamento e morte de milhares de pessoas, até mesmo civis. Esse conflito acabou envolvendo outros países árabes,

solidários aos palestinos.

Os conflitos entre palestinos e israelenses se agravaram a partir de dezembro de 1987, quando teve início um forte movimento de protesto da população palestina, sobretudo jovem, contra a ocupação israelense. Esse movimento, que causou a morte de várias centenas de jovens palestinos e de alguns soldados israelenses, muito intenso na Faixa de Gaza, recebeu o nome de **intifada** (rebelião). Também é conhecido como a “*revolta de pedras*”, pois os jovens palestinos fizeram das pedras o seu instrumento de luta.

Em outubro de 1991, em Madri, com o apoio dos Estados Unidos e da União Soviética, logo a seguir substituída pela Rússia, árabes e israelenses iniciaram negociações para resolver o conflito. Essas negociações envolveram, de um lado, delegações da Síria, do Líbano e da Jordânia; do outro, delegações de Israel. A OLP, não reconhecida por Israel, participou indiretamente de tais negociações, que foram as primeiras entre esses países do Oriente Médio. Mas elas não trouxeram grandes avanços para a construção da paz.

Em setembro de 1993, em Washington, depois de negociações secretas entre palestinos e israelenses, realizadas em Oslo durante alguns meses com o apoio diplomático da Noruega, ocorreu oficialmente o reconhecimento mútuo entre a OLP (como “representante do povo palestino”) e Israel. Este foi o primeiro passo para a elaboração conjunta de um acordo para a retirada das tropas israelenses da Faixa de Gaza e da cidade de Jericó, iniciando um projeto de autonomia do povo palestino e de paz com Israel. Trata-se da ideia de se trocar terras por paz, isto é, Israel devolve aos palestinos algumas terras (Jericó e Gaza) e em troca estes últimos reconhecem o Estado de Israel e, dessa forma, o legitimam diante dos povos árabes. Deve-se acrescentar que Jericó tem uma população de 15 mil habitantes e dois campos de refugiados palestinos, totalizando 4.600 pessoas. Gaza tem uma população de cerca de 800 mil habitantes, o que representa uma das maiores densidades demográficas do mundo: 2.116 habitantes por quilômetro quadrado.

O acordo prevê ainda que toda a Cisjordânia, área onde se localiza Jericó, será posteriormente devolvida por Israel aos palestinos, desde que a experiência na Faixa de Gaza e em Jericó dê certo, isto é, que o governo palestino consiga administrar sem conflitos essas áreas e contenha os radicais.

As negociações prosseguiram tendo em vista criar as condições necessárias para a construção da paz nessa região tão conturbada e passaram a envolver também outros países árabes diretamente atingidos pela questão palestino-israelense, algo indispensável para estabelecer efetivamente a paz no Oriente Médio. Afinal, os refugiados palestinos correspondem a cerca de 5% da população da Síria, mais de 80% da população da Cisjordânia (onde também vivem cerca de 250 mil colonos judeus), 30% da população da Jordânia e mais de 8% da população do Líbano (veja o mapa acima). A cidade de Jerusalém, por seu significado religioso, é certamente mais um complicador a ser considerado no processo de paz.

Adaptado para estudos

Fonte: J. William Vesentini, Vânia Vlach – Geografia Crítica